
**USO DE ANALGÉSICOS E ANTI-INFLAMATÓRIOS ENTRE ACADÊMICOS DA
ÁREA DA SAÚDE DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

Deigidiane Dal Magro^a, Everton Felipe da Cruz Silveira^a, Roberta Soldatelli Pagno Paim^{a*}

a) Centro Universitário da Serra Gaúcha - FSG

*Autor correspondente (Orientador)
Roberta Soldatelli Pagno Paim, endereço: Rua Os Dezoito do
Forte, 2366 - Caxias do Sul - RS - CEP: 95020-472

Palavras-chave:

Automedicação. Analgésicos. Anti-
inflamatórios. Acadêmicos.

INTRODUÇÃO/FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: A Organização Mundial da Saúde (OMS) define automedicação como a seleção e o uso de medicamentos sem prescrição ou supervisão de um médico ou dentista (ARRAIS et al., 2016). É consequência de múltiplos fatores, entre os quais a dificuldade do acesso aos serviços de saúde pela população, a crença nos benefícios do tratamento/prevenção de doenças e a necessidade de aliviar sintomas (DOMINGUES et al., 2015). Mesmo que muitas vezes esta prática possa ter resultados favoráveis (melhora de sintomas ou resolução do problema de saúde), outras vezes pode trazer prejuízos à saúde do indivíduo (mascaramento dos problemas de saúde, intoxicação, reações adversas, interações medicamentosas, desenvolvimento de resistência entre outros) (AQUINO; BARROS; SILVA, 2010; GALATO, MADALENA, PEREIRA, 2012). Conforme afirmam Tomasi et al (2007), o risco dessa prática está correlacionado com o grau de instrução e informação dos usuários sobre medicamentos, bem como com a acessibilidade dos mesmos ao sistema de saúde. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo verificar a prevalência da utilização de analgésicos e anti-inflamatórios entre os acadêmicos da área da saúde de uma instituição de ensino superior. **MATERIAL E MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal, descritivo e com abordagem quantitativa. Foi aplicado um questionário contendo questões fechadas aos acadêmicos dos seguintes cursos da área da saúde: Biomedicina, Enfermagem, Estética e Cosmética, Fisioterapia, Nutrição Psicologia e Terapia Ocupacional. Os dados foram organizados em tabelas e gráficos com frequências absolutas e percentuais e analisados através de estatística descritiva. A pesquisa ocorreu em conformidade com as Diretrizes e Normas Regulamentadas de Pesquisa envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde,

dispostas na Resolução nº 466/2012 (BRASIL, 2012), mediante o parecer de aprovação CAAE 45393115.9.0000.5311 pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário da Serra Gaúcha.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: Dos 225 entrevistados, 199 (88,44%) são do sexo feminino e 26 (11,56%) do sexo masculino. A faixa etária prevalente ficou entre 17 e 22 anos, totalizando 78,66%. Quanto ao curso, 92 pessoas (40,88%) cursam enfermagem. No que concerne à automedicação, 213 acadêmicos (94,66%) praticam ou já praticaram a automedicação, sendo 132 (58,66%) devido à facilidade de compra na farmácia e 70 (31,11%) pela praticidade e comodidade. Acerca dos problemas decorrentes, 210 pessoas (93,33%) relataram não ter apresentado nenhuma intercorrência e 14 pessoas (6,22%) descreveram algum problema, como efeitos adversos 9 (4%) e alergia 5 (2,22%). A automedicação teve como base conhecimento próprio para 98 participantes (43,55%), seguida por prescrições antigas 62 (27,55%), amigos, conhecidos, vizinhos e familiares 29 (12,88%) e farmacêuticos e funcionários de farmácia 18 (8%). Quanto aos motivos que levaram à automedicação, destacam-se dor muscular 69 (30,66%), cefaleia 30 (13,33%), enxaqueca 13 (5,77%) e inflamação 12 (5,33%). Por fim, os fármacos mais consumidos pelos estudantes foram o paracetamol, dipirona, diclofenaco e nimesulida, corroborando com o estudo de Arrais et al (2016). De maneira geral, estes medicamentos são os mais encontrados nos estoques domiciliares e normalmente empregados para aliviar sinais e sintomas menores e autolimitados. O elevado uso de analgésicos na prática da automedicação reflete a alta prevalência de dor na população em geral, motivada por tensão, situação estressante ou demanda física, prejudicando a qualidade de vida das pessoas. Apesar de a grande maioria dos medicamentos consumidos serem isentos de prescrição, não se pode menosprezar as possíveis intoxicações e efeitos adversos que eles podem causar a seus usuários. No caso dos analgésicos e anti-inflamatórios não-esteroidais, pode-se citar, entre outros, os distúrbios gastrointestinais, reações alérgicas e efeitos renais (ARRAIS et al., 2016).

CONCLUSÃO: A automedicação entre os acadêmicos estudados é alta, sendo a dor e a inflamação os principais fatores para o consumo. Por se tratar de estudantes da área da saúde, a prevalência esperada era menor. Por isso, é importante a criação de estratégias de conscientização e incentivo ao uso racional de medicamentos, visto que a automedicação é um problema de saúde pública e quando os resultados de tal prática são negativos, pode acarretar em prejuízos para os consumidores.

REFERÊNCIAS

AQUINO, D. S.; BARROS, J.A.C.; SILVA, M. D. P. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 5, p. 2533-2538, 2010 .

ARRAIS, P. S. D. et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 50, supl. 2, 13s, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos*. Resolução 466/2012. <Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.> Acesso em: 28 de abr. 2016.

DOMINGUES, P. H. F. et al . Prevalência da automedicação na população adulta do Brasil: revisão sistemática. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 49, 36, 2015.

GALATO, D.; MADALENA, J.; PEREIRA, G. B. Automedicação em estudantes universitários: a influência da área de formação. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.17, n.12, p.3323-3330, 2012.

TOMASI, E. et al. Condições de trabalho e automedicação em profissionais da rede básica de saúde da zona urbana de Pelotas, RS. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo , v. 10, n. 1, p. 66-74, 2007.